



**Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região-RS**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016**

**Porto Alegre/RS - 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 72/2013, da DN TCU 154/2016 e Portaria TCU nº59/2017.

## Lista de Sigla e Abreviações

## **Lista de Tabelas e Quadros**

## **Lista de Gráficos e Figuras**

## SUMÁRIO

<b>Relatório de Gestão .....</b>	<b>1</b>
Capa .....	1
Folha de Rosto .....	2
Lista de siglas e abreviações .....	3
Lista de tabelas e quadros .....	4
Lista de gráficos e figuras .....	5
Sumário .....	6
<b>2 - APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE .....</b>	<b>13</b>
3.1 - Finalidade e competências .....	13
3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade . . .	13
3.3 - Breve histórico da entidade .....	13
3.4 - Organograma .....	14
<b>4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS .....</b>	<b>15</b>
4.1 - Planejamento Organizacional .....	15
4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício .....	15
4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos . . .	15
4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos . . .	15
4.3 - Desempenho Orçamentário .....	15
4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade . . .	16
4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos .....	16
4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas .....	16
4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas .....	16
4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação . . .	16
4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa .....	16
4.3.5 - Análise Crítica .....	16
4.4 - Desempenho operacional .....	17
4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	17
<b>5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>18</b>
5.1 - Descrição das estruturas de governança .....	18
5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados .....	18
5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna (deve informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre): . . .	19
5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	19
5.5 - Gestão de riscos e controles internos .....	19
5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados . . .	20

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada . . . . .	20
<b>6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO . . . . .</b>	<b>21</b>
6.1 - Gestão de pessoas . . . . .	21
6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade . . . . .	21
6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal . . . . .	21
6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal . . . . .	21
6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária . . . . .	21
6.2 - Gestão da tecnologia da informação . . . . .	21
6.2.1 - Principais sistemas de informações . . . . .	22
<b>7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE . . . . .</b>	<b>23</b>
7.1 - Canais de acesso do cidadão . . . . .	23
7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários . . . . .	23
7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade . . . . .	23
7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações . . . . .	23
<b>8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS . . . . .</b>	<b>24</b>
8.1 - Desempenho financeiro no exercício . . . . .	24
8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos . . . . .	24
8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade . . . . .	24
8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas . . . . .	24
8.4.1 - Balanço Orçamentário . . . . .	24
8.4.2 - Balanço Financeiro . . . . .	24
8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado . . . . .	25
8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais . . . . .	25
8.4.5 - Fluxo de Caixa . . . . .	25
8.4.6 - Notas Explicativas . . . . .	25
<b>9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE . . . . .</b>	<b>26</b>
9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU . . . . .	26
9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno . . . . .	26
9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário . . . . .	26
<b>10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES . . . . .</b>	<b>27</b>
<b>11 - ANEXOS E APÊNDICES . . . . .</b>	<b>28</b>
<b>ANEXOS . . . . .</b>	
ANEXO I - Quadro 4.3.3.1 A - Demonstrativo da Receita por Origem . . . . .	29
ANEXO II - Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza . . . . .	30
ANEXO III - Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL . . . . .	31
ANEXO IV - Quadro 4.3.4.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL . . . . .	32
ANEXO V - Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12 . . . . .	33

ANEXO VI - Quadro 6.1.1.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12 ....	33
ANEXO VII - Quadro 6.1.1.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada 31/12	34
ANEXO VIII - Quadro 8.4.1 - Balanço Orçamentário .....	35
ANEXO IX - Quadro 8.4.3 - Balanço Patrimonial .....	36
ANEXO X - Quadro 8.4.4 - Demonstração da Variação Patrimonial .....	38
ANEXO XI - Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro .....	40
ANEXO XII - Quadro 8.4.5 - Fluxo de Caixa .....	41



## 2 - APRESENTAÇÃO

## 2 - APRESENTAÇÃO

### O nascimento da categoria

Na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas (Estado Novo) foram criadas as primeiras leis trabalhistas, que deram origem a uma nova forma de organização do trabalho, sendo institucionalizada a estrutura sindical brasileira.

O primeiro Sindicato de Corretores de Imóveis a ser reconhecido como tal no Brasil foi o do Rio de Janeiro. No dia 7 de janeiro de 1937, o ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, em nome do presidente da República do Brasil, assinou a carta sindical, reconhecendo oficialmente o 'Syndicato dos Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro' como 'syndicato profissional de trabalhadores por conta própria', por despacho de 29 de outubro de 1936, no Processo n.º 22.431/1936, nos termos da legislação em vigor.

### Década de 60

A partir de 1957 os sindicatos de Corretores de Imóveis de todo o país passaram a promover medidas no sentido de se estabelecer a regulamentação legal da profissão, acompanhando assim a tramitação do projeto nº 1185/51 no Congresso Nacional.

Em 1960, o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (SCIESP) manifesta-se favorável à formatação do projeto, deixando claro sua postura de apoio no que diz respeito às exigências para uma pessoa tornar-se Corretor de Imóveis, visando manter o nome do bom Corretor, e, assim garantindo às partes envolvidas (comprador e vendedor), a segurança no processo de transação imobiliária.

A evolução no processo que visava oficializar a profissão já era tão grande que em 26 de março de 1961, o sr. Hely Lopes Meirelles, juiz de direito da Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Nacional, declara a validade jurídica de sociedades

formadas por Corretores Imobiliários. Em 27 de agosto de 1962 é publicada a Lei nº 4.116, regulamentando a profissão.

### Nascem os Conselhos de Corretores de Imóveis

O artigo 9º da Lei nº 4.116/62 dizia: 'A fiscalização do exercício da profissão de Corretor de Imóveis será feita pelo Conselho Federal e pelos conselhos regionais de Corretores de Imóveis, que ficam criados por esta lei'. Portanto, estava criado, em 27 de agosto de 1962, o Conselho Federal e os conselhos regionais de Corretores de Imóveis.

No dia 26 de outubro de 1962 aconteceu a primeira reunião plenária do Conselho Federal de Corretores de Imóveis do Brasil (Cofeci), na sede do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo, localizada na rua Xavier de Toledo, n.º 98, 3º andar, local onde funcionou sua primeira sede social. Este edifício ainda pertence ao Creci 2ª Região/SP.

No mesmo dia em que ocorreu a primeira reunião do Conselho Federal de Corretores de Imóveis foram criados os conselhos regionais dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Pernambuco.

Até o início de 1973, os Corretores de Imóveis de Santa Catarina estavam subordinados à jurisdição do Estado do Rio Grande do Sul. Por iniciativa de um grupo de profissionais, liderados pelo corretor de imóveis Admar Gonzaga (já falecido), criou-se o Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina e, a partir dele, nasceu o Conselho da 11ª Região. Sua primeira diretoria tomou posse em 09 de abril de 1973.

Em 1978, surgiu a Lei nº 6.530, a qual exige dos profissionais que, além do registro, também sejam Técnicos em Transações Imobiliárias, a nível de segundo grau.

## O futuro da profissão

Nos anos 80 e 90 a profissão do Corretor de Imóveis foi consolidada em todo o Brasil. Foram criados 24 conselhos regionais nas principais capitais do país, responsáveis pela fiscalização do exercício profissional.

Atualmente a competitividade do mercado de trabalho leva o cliente a escolher o profissional melhor preparado. O acesso a todo o tipo de informação fornece melhores subsídios para a avaliação de imóveis e para desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Com isso, o Corretor passa a agir como um consultor, assessorando o cliente em todas as fases da comercialização do imóvel.



### **3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE**

A estrutura desta prestação de contas segue o padrão adotado pelo TCU ( Tribunal de Contas da União ) e oferece informações referentes ao exercício de 2016.

Cabe salientar que ocorreu uma troca de gestão entre os anos de 2015 para 2016 e portanto este relatório está sendo executado pela atual gestão e por novos funcionários contratados , portanto nao temos o conhecimento completo dos fatos ocorridos no ano anterior devido a transição entre as partes não ter sido efetuada.

Vamos relatar as dificuldades e realizações de acordo com as informações obtidas em pesquisas e em relatórios dos anos anteriores.

#### **3.1 - Finalidade e competências**

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª região tem como principio fundamental e objetivo a certificação e registro de corretores de imóveis e fiscalização da profissão no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul em conformidade com a lei 6.530/78 e Decreto 81.871/78.

#### **3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

Lei 6.530/78 de 12/05/1978 Decreto nº 81871 de 29/06/1978 , Regimento Interno Resolução COFECI 1.126/2009 , Código de Ética profissional, Resolução COFECI 1326/1992 e Código disciplinar resolução cofeci nº 146/82.

#### **3.3 - Breve histórico da entidade**

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS – 3ª REGIÃO/RS é uma Autarquia Federal, regulamentada pela Lei 6.530/78, dotada de personalidade jurídica de direito público, entidade disciplinadora e fiscalizadora da profissão de corretor de imóveis no estado do Rio Grande Do Sul, além de combater o crime de contravenção, ou seja, o exercício profissional por pessoas sem qualificação e credenciamento necessários. Em suma, a sua função é organizar o mercado imobiliário em defesa da sociedade, para que essa sociedade seja bem atendida e com segurança, na hora de comprar, vender ou alugar um imóvel.

É formado por um Conselho Pleno, composto de 54 Conselheiros sendo 27 Efetivos e 27 Suplentes, de uma Diretoria Executiva composta de 07 Diretores incluindo o Presidente, de um Conselho Fiscal composto de 06 membros sendo 03 Efetivos e 03 Suplentes, de 04 Representantes junto ao COFECI – Conselho Federal de Corretores de Imóveis, sendo 02 Efetivos e 02 Suplentes, além de várias comissões que determinam o trabalho administrativo como, por exemplo, a CEFISP – Comissão de Ética e Fiscalização Profissional, a COAPIN – Comissão de Análise de Processos de Inscrição, além de

outras.

No desempenho de suas funções em favor da sociedade e do profissional corretor de imóveis devidamente credenciado, este Órgão coloca a disposição uma grande equipe de profissionais capacitados, composta de Presidente, Diretores, Conselheiros, Assessores, Funcionários e Colaboradores, no sentido de prestar como um todo um serviço ágil e de qualidade, no tocante ao que se propõe esta ENTIDADE MAIOR DO MERCADO IMOBILIÁRIO GAÚCHO.

**MISSÃO:** Supervisionar a ética dos Corretores de Imóveis em todo o território regional, cabendo ao sistema zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, visando à defesa da Sociedade, oferecendo ao mercado profissionais e empresas qualificados.

**VISÃO:** Buscar aprimoramento contínuo e inovando sempre.

**VALORES:** Ética, Transparência, Efetividade e Competência

### 3.4 - Organograma

**PRESIDÊNCIA :** Ordenar e gerir a entidade, promover a categoria e educação continuada, assim como manter relação com a sociedade.

**SECRETARIA :** Dar registro e certificar os corretores de imóveis.

**FISCALIZAÇÃO :** Fiscalizar o exercício da profissão de corretor de imóveis.

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING :** Planejar, organizar, coordenar, controlar e executar as atividades e eventos de comunicação da entidade.

**ASSESSORIA TÉCNICA :** dar suporte nas áreas técnicas no que se diz respeito aos serviços de TI e treinamentos.

**OUVIDORIA :** Atender as demandas dos profissionais registrados na entidade e da sociedade.

**COORDENADORIA JURIDÍCA :** Prestar serviços de consulta/assessoria jurídica nas áreas de dívida ativa e execuções fiscais. Arquivamento de processos e defesa de ações em áreas específicas para esta regional.

**COORDENADORIA FINANCEIRA E CONTÁBIL :** Planejar e organizar, coordenar, controlar e executar as atividades financeiras e contábeis.

**COORDENADORIA DE DELEGACIAS :** Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão nas cidades sob sua jurisdição.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO :** Administrar os contratos e processos licitatórios da regional.

**DEPARTAMENTO DE COBRANÇA:** Manutenção do ativo da dívida administrativa e executada do corretor de imóvel inadimplente.

## **4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

Demonstração do planejado dentro das ações esperadas e previstas para a consecução das atividades finais da instituição.

### **4.1 - Planejamento Organizacional**

Demonstração da programação orçamentária da receita e da despesa para o exercício, contemplando as modificações durante o exercício em relação ao inicialmente programado e análise crítica comparativa entre o programado e o executado.

#### **4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício**

O planejamento de 2016 consistiu nos tópicos abaixo relacionados :

- Manutenção e crescimento da imagem do corretor de imóveis junto a sociedade
- Concentração e foco na fiscalização da profissão visando a redução de infrações e desvio dos profissionais
- Investimento em educação continuada visando a qualificação do profissional da categoria do corretor de imóveis
- Investimento em estrutura para atender o corretor de imóveis

#### **4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Ocorreu uma fiscalização e conscientização da profissionalização da classe.

### **4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

Para monitoramento da execução são utilizados os relatórios contábeis do sistema próprio com acompanhamento orçamentário e para as demais avaliações o conselho utiliza canais de informação e comunicação como forma de indicadores, são eles : Site, ouvidoria, informativos e portal da transparência.

### **4.3 - Desempenho Orçamentário**

A receita prevista para o ano de 2016, ficou 23,7% abaixo do previsto, devido a uma antecipação da receita efetuado no ano anterior, o que além de prejudicar o andamento da receita do exercício seguinte fere a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42.

Em contrapartida a despesa liquidada superou a receita realizada o que gerou um déficit no balanço orçamentário da entidade.

Sisgertcu

#### **4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade**

Não se aplica a entidade.

#### **4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos**

No exercício em curso não houve descentralização de recursos a outras entidades.

#### **4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas**

Está demonstrada no Anexo I e II (Quadro 4.3.3.1 - Demonstrativo da Receita por Origem e Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por natureza )

#### **4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas**

Está demonstrada no Anexo III (Quadro 4.3.4.1 - Demonstrativo da Despesa por Modalidade de Contratação Origem e Anexo IV (Quadro 4.3.4.2 - Demonstrativo da Despesa por Grupo e Elemento de Despesa)

##### **4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação**

Demonstrado no Anexo III - Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

##### **4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa**

Demonstrado pelo Anexo IV - Quadro 4.3.4.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

#### **4.3.5 - Análise Crítica**

O orçamento do CRECI/RS integra um conjunto de informações relativas a ações estabelecidas nos projetos e nas atividades os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação. O orçamento deste conselho não depende do orçamento da união e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades e demais taxas e valores.



#### **4.4 - Desempenho operacional**

Foram previstas e realizadas várias atividades para o exercício de 2016 , com o intuito de atender a entidade.

Sisgertcu

#### **4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

A entidade não estabeleceu estes indicadores de desempenho.

## 5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A governança na administração pública baseia-se nas premissas de que o poder exercido deve ser realizado com transparência, legalidade, impessoalidade, moralidade e, principalmente, com prestação de contas à sociedade. Para o cumprimento destes princípios, a estrutura de governança do CRECI/RS envolve o direcionamento das políticas e planos alinhados às necessidades das partes interessadas ( Corretores de Imóveis) , usuários dos serviços da entidade, cidadãos e sociedade em geral) e o monitoramento dos resultados e do cumprimento das políticas e planos estabelecidos.

### 5.1 - Descrição das estruturas de governança

O CRECI 3ª é constituído por 54 representantes do quadro de corretores ativos e efetivos devidamente inscritos, sendo 27 efetivos e 27 suplentes eleitos para o mandato de 3 anos, estruturados da seguinte forma :

- I - Plenário
- II - Diretoria
- III- Conselho Fiscal
- IV - Comissão de Ética
- V - Comissão de registro
- VI - Fiscalização e Coordenadoria

### 5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados

O CRECIRS, é constituído por 54 (cinquenta e quatro) representantes de seu quadro de profissionais inscritos designados como Conselheiros Regionais - sendo 27 (vinte e sete) efetivos e 27 (vinte e sete) suplentes -, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, exercendo, no âmbito de sua competência e jurisdição, dentre outras, ações de natureza: · Fiscalizadora; · Orientadora; · Disciplinar; · Deliberativa; · Administrativa; · Supervisora.

#### CONSELHEIROS TÍTULARES

#### CONSELHEIROS SUPLENTE

CONSELHEIROS TÍTULARES		CONSELHEIROS SUPLENTE
Márcio Ferreira Bins Ely	Presidente	Anildo Lamaison de Moraes
Adir Antônio Zoehler	1º Dir. Tesoureiro	Dario Carlos Apprato Rigol
Ana Paula Santos Pagano De Andrade		Elizabeth Cardoso Gonzalez
Antônio Nascimento Fernandes		Geraldo Testa Monteiro
Arion Peixoto de Oliveira		Getúlio de Figueiredo Silva
Cláudio Gomes Bittencourt		Gomercindo Vieira da Cruz
Eliseu Elizalde		Irineu Citolin
Fernando Almeida Rodrigues		Jacob Alves da Silva
Fernando Rogerio Rospide Nunes	2º Dir. Tesoureiro	Janete Ferreira Nornberg
Ivo Debon		João Fernando de Andrade Morbini
João Alberto Quaresemin de Oliveira		Lauro Antônio Treviso

José Antônio de Andrade Godoy		Lia Marlene Theisen
Julio César Soares da Silva		Luiz Gustavo Geyer de Oliveira
Luigi Antônio Gerace	Vice-Presidente	Mara Regina Fontoura Tavares
Luiz Carlos Mattos		Mário Daniel Côrrea Machado
Luiz Dalton da Silva		Pamela Silva Padilha de Azevedo
Maria Emília Martins Costa Motta		Paulo Roberto da Silva Nunes
Paulo Colnaghi Filho	2º Dir. Secretário	Paulo Roberto Lopes Silveira
Roberto Alexandre de Oliveira Nishi		Rubia Mara O'donnell Kyburz
Sandra Mara Camargo		Sergio Antônio Heinrich
Vicente Jordão Duarte Loureiro		Sergio Sinval Pires
Viky Hermann		Tarsi Pires
Viviane Simon Martins Costa	1ª Dir. Secretária	
Ederon Amaro Soares Da Silva		
Amilton César de Oliveira Machado		
Martim Vurdel		
Milton Soares Soska		

### **5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna (deve informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre):**

A entidade não incrementou sistema de auditoria interna.

### **5.4 - Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos**

Ocorreu durante o ano de 2016, mais precisamente do mês de março uma Correição realizada pela Corregedoria do COFECI neste regional com avaliação e análise das contas de 2015. Também foram abertos durante o ano de 2016 diversas sindicâncias.

### **5.5 - Gestão de riscos e controles internos**

A alta direção do CRECIRS considera os controles internos como elementos essenciais à consecução dos objetivos e o cumprimento da missão da entidade, contribuindo para alcançar os resultados planejados, bem como a estrita observância à legislação e regulamentos aplicáveis à entidade. O nível de documentação é considerado adequado e suficiente.

É prática da alta direção a identificação dos riscos envolvidos em seus processos, bem como da probabilidade de sua ocorrência e da necessidade de adotar ações para mitigar esses riscos. Quando fraudes, desvios ou condutas inadequadas são identificados, o CRECIRS instaura inquérito ou sindicância interna buscando apurar as responsabilidades envolvidas e o eventual ressarcimento do dano, quando aplicável.

## **5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados**

Os serviços prestados pelos conselheiros e membros do Sistema COFECI/CRECI tem caráter voluntário e gratuito

## **5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada**

Não houve contratação de empresa de Auditoria Independente no exercício 2016.

## **6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

Contempla informações sobre gestão , infraestrutura patrimonial, TI e demais setores especiais.

### **6.1 - Gestão de pessoas**

#### **6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade**

#### **6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal**

Despesa c/Pessoal	2016	2015
REMUNERAÇÃO PESSOAL	4.915.916,54	4.070.360,68
ENCARGOS PATRONAIS	1.620.219,44	1.224.926,67
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.379.791,12	1.296.886,80
Total	7.915.927,10	6.592.174,15

#### **6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

O CRECIRS busca administrar bem seus recursos humanos, visando o controle e a prevenção de riscos, investindo em ações de valorização de seu capital humano como fator de garantia da qualidade dos serviços prestados pelo Conselho. No momento, não foram identificados riscos que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional da entidade. Há disponibilidade orçamentária e controle adequado dos gastos relacionados à gestão de pessoal, bem como os índices de absenteísmo e rotatividade não são representativos. O único risco relevante identificado foi quanto à ausência de concurso público, não havendo, atualmente, cadastro de reserva que possibilite de reposição de funcionários que eventualmente se desliguem do quadro de pessoal do CRECIRS.

#### **6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária**

O CRECI/RS não possui contratos de mão de obra temporária.

## **6.2 - Gestão da tecnologia da informação**

Este relatório tem como objetivo apresentar o quadro atual de hardware e software do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (CRECI-RS), bem como normas e regras de segurança aplicadas nesta entidade afim de garantir de melhor forma possível, a integridade dos dados manipulados no CRECI-RS.

## 6.2.1 - Principais sistemas de informações

Estrutura de Software O CRECI-RS esta atuando com sistema desenvolvido e mantido internamente, utilizando de ferramentas e aplicativos próprios para o gerenciamento dos mesmos. Estrutura de Cópias do Sistema Disponibilizamos de um serviço de cópia de banco de dados do servidor principal e secundário diariamente, ficando disponível para os gestores do CRECI/RS. Estrutura de Banco de Dados Disponibilizamos de hospedagem do servidor de banco de dados alocado em data center terceirizado. Utilizando replicação das informações em outro data center, alocado em uma região diferente do servidor principal. Estrutura de Cópias de Banco de Dados Disponibilizamos de um serviço de cópia de banco de dados do servidor principal e secundário diariamente, ficando disponível para os gestores do CRECI/RS

### REDE

Os computadores da sede Av. Borges de Medeiros e Guilherme Alves, tem redes independentes gerenciadas por servidores com firewal, proxy e sistema de Active Direct, interligadas por uma VPN, que permite a comunicação entre ambas. A cópia de segurança dos arquivos é feita diariamente durante a madrugada, em servidores redundantes e HD externos que são guardados em cofres. As sub-regionais tem ponto de internet local e utilizam somente webmail e sistema de gestão que é on-line. Tanto a sede Av. Borges de Medeiros e Guilherme Alves, contam com dois links de internet para redundância de conexão.

## **7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **7.1 - Canais de acesso do cidadão**

O CRECIRS possui os seguintes canais de comunicação:  
[www.creci-rs.gov.br](http://www.creci-rs.gov.br)

Fale com o Presidente (disponível no site do CRECIRS).  
URA (0800-6001588)  
Disque Denúncia (Disponível no site do CRECIRS)  
Fone: 051-3352-9975 e e-mail [fiscalizacao@creci-rs.gov.br](mailto:fiscalizacao@creci-rs.gov.br)

Ouvidoria: Disponível no Site do CRECI/RS, fone 51-3013-5641; E-mail [ouvidoria@creci-rs.gov.br](mailto:ouvidoria@creci-rs.gov.br)

### **7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

A situação não se aplica ao CRECIRS, por não pertencermos ao Poder Executivo Federal, ao qual o Decreto 6.932/2009 em questão, se aplicaria.

### **7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

O CRECIRS disponibiliza em seu site [www.creci-rs.gov.br](http://www.creci-rs.gov.br), no link [contas](#), peças orçamentárias como prestação de contas, reformulações orçamentárias e propostas orçamentárias organizadas por ano, desde 2016.

### **7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

O CRECIRS, em atendimentos às normas legais e principalmente, preocupado em atender da melhor forma o público, está adequando todas as suas unidades (Delegacias Sub-Regionais e Seccionais). Em sua Sede o processo de adequação está sendo realizado com o Condomínio do Edifício onde está instalado, na Av Borges de Medeiros 308 15º andar, e na Rua Guilherme Alves No 1010, nesta capital para que as áreas comuns estejam de acordo com a legislação e possam ofertar todas as comodidades necessárias para o bom atendimento.

## **8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Este item demonstra o desempenho financeiro e demonstrativos contábeis durante o exercício de 2016 .

### **8.1 - Desempenho financeiro no exercício**

A receita prevista para o ano de 2016, ficou 23,7% abaixo do previsto, devido a uma antecipação da receita efetuado no ano anterior, o que além de prejudicar o andamento da receita do exercício seguinte fere a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42. Em contrapartida a despesa liquidada superou a receita realizada o que gerou um déficit no balanço orçamentário da entidade.

### **8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Ocorreu em 2016 avaliação patrimonial, inventário de bens do ativo permanente e depreciação contábil.

### **8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

Os custos são apurados pelo sistema de contabilidade da instituição que faz o controle financeiro, orçamentário e contábil. Não existe um desdobramento por área , região ou segmento.

### **8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Contabilidade.

A partir de 1º de janeiro de 2013 a contabilidade do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, passou a ser elaborada pelo sistema informatizado SISCAC (Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos), a fim de se adequar a todo sistema COFECI/CRECI'S, alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Resoluções CFC n.ºs 1.128/08 a 1.137/08. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas conforme a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional aos Princípios Contábeis geralmente aceitos. A 52 convergência as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – Ipsas, na sigla em inglês), traz diversas vantagens, como a geração de informação útil para a tomada de decisão dos gestores públicos, o registro e acompanhamento de transações antes de serem contempladas no orçamento, aprimoramento no processo de prestação de contas, implantação do sistema de custo, elaboração do balanço do setor público bem como do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

#### **8.4.1 - Balanço Orçamentário**

Anexo VIII - Quadro 8.4.1 - Balanço orçamentário

#### **8.4.2 - Balanço Financeiro**

Anexo XI - Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro



### **8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado**

Anexo IX - Quadro 8.4.3 - Balanço Patrimonial

### **8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais**

Anexo X - Quadro 8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

### **8.4.5 - Fluxo de Caixa**

Anexo VII - Quadro 8.4.5 - Fluxo de caixa

### **8.4.6 - Notas Explicativas**

As notas explicativas se confundem com o relatório de gestão, já devidamente compilados nos campos próprios do presente relatório de gestão, razão pela qual nos reportamos aos mesmos a fim de evitarmos tautologia.

## **9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU**

Conteúdo não aplicável à UPC: Não tivemos nenhuma demanda por parte do TCU, mas conforme explicado no item informações relevantes, realizamos e efetuamos diversas sindicâncias no ano de 2016.

### **9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno**

Conteúdo não aplicável à UPC: Não tivemos nenhuma demanda por parte do TCU, mas conforme explicado no item informações relevantes, realizamos e efetuamos diversas sindicâncias no ano de 2016.

### **9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

Conteúdo não aplicável à UPC: Não tivemos nenhuma demanda por parte do TCU, mas conforme explicado no item informações relevantes, realizamos e efetuamos diversas sindicâncias no ano de 2016.

## **10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Conteúdo não aplicável à UPC: Foram realizados no ano de 2016 diversos processos de sindicância envolvendo os documentos , balanços e irregularidades do ano de 2015 , além de uma sindicância que envolveu descontos indevidos ocorridos no ano de 2016 especificamente no terceiro trimestre.

## 11 - ANEXOS E APÊNDICES

**ANEXO I -****Quadro 4.3.3.1 - Demonstrativo da Receita por Origem**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>15.575.872,13</b>
CONTRIBUIÇÕES	8.893.700,78	12.038.691,66
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.183.756,45	1.472.373,17
FINANCEIRAS	108.624,42	25.657,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.397.422,42	1.330.809,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	320.612,60	708.340,29
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>20.258,86</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	20.258,86
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>15.596.130,99</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO II -**

**Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza**

<b>Descrição</b>	<b>Prevista</b>	<b>Arrecadada</b>	<b>Realizado(%)</b>
<b>RECEITAS CORRENTES PREVISTAS</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>77,03</b>
CONTRIBUIÇÕES	11.675.292,00	8.893.700,78	76,18
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.491.615,00	1.183.756,45	79,36
FINANCEIRAS	102.000,00	108.624,42	106,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.184.500,00	1.397.422,42	63,97
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	320.612,60	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>77,03</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO III -**

**Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2016	2015	2016	2015
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>619.605,19</b>	<b>3.770,06</b>	<b>599.382,54</b>	<b>3.770,06</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de preços	1.095,80	0,00	1.095,80	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	618.509,39	3.770,06	598.286,74	3.770,06
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>25.496,71</b>	<b>585,42</b>	<b>14.522,71</b>	<b>571,95</b>
h) Dispensa	25.496,71	585,42	14.522,71	571,95
i) Inexigível	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>50,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de fundos	50,00	0,00	50,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>8.357.317,02</b>	<b>6.894.645,34</b>	<b>7.343.550,48</b>	<b>5.983.946,87</b>
k) Folha de Pagamento	7.915.927,10	6.592.174,15	6.904.015,43	5.681.475,68
l) Diárias	441.389,92	302.471,19	439.535,05	302.471,19
<b>5. Outros</b>	<b>5.326.660,70</b>	<b>9.486.880,49</b>	<b>5.794.129,72</b>	<b>7.251.802,86</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>14.329.129,62</b>	<b>16.385.881,31</b>	<b>13.751.635,45</b>	<b>13.240.091,74</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO IV -

**Quadro 4.3.4.2 D - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL**

<b>Despesas Correntes</b>						
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>1. Despesa de Pessoal</b>	<b>8.074.830,08</b>	<b>7.215.767,37</b>	<b>8.048.064,09</b>	<b>6.708.184,47</b>	<b>7.502.869,55</b>	<b>6.161.709,61</b>
REMUNERAÇÃO PESSOAL	4.929.608,77	4.081.964,72	4.915.916,54	4.070.360,68	4.912.344,39	4.068.905,70
ENCARGOS PATRONAIS	1.622.780,05	1.658.264,18	1.620.219,44	1.224.926,67	1.078.597,05	680.285,31
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.389.848,85	1.344.349,03	1.379.791,12	1.296.886,80	1.379.791,12	1.296.886,80
Demais elementos do grupo	132.592,41	131.189,44	132.136,99	116.010,32	132.136,99	115.631,80
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>6.847.319,23</b>	<b>11.000.811,76</b>	<b>5.525.466,84</b>	<b>9.642.011,04</b>	<b>5.354.157,62</b>	<b>7.605.804,83</b>
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	3.569.053,15	5.782.785,04	2.786.499,40	5.463.652,46	2.621.835,43	5.377.884,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.400.302,68	4.494.809,19	1.939.525,69	3.665.674,98	1.939.525,69	1.716.901,36
DIÁRIAS	468.730,75	457.561,50	441.389,92	302.471,19	439.535,05	302.471,19
Demais elementos do grupo	409.232,65	265.656,03	358.051,83	210.212,41	353.261,45	208.548,20
<b>Despesas de Capital</b>						
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>951.641,50</b>	<b>57.974,19</b>	<b>747.641,50</b>	<b>35.685,80</b>	<b>734.269,50</b>	<b>34.272,70</b>
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	951.641,50	57.974,19	747.641,50	34.272,70	734.269,50	34.272,70
OBRAS, INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.413,10	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos



**ANEXO V -****Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Força de Trabalho (1.1 + 1.2)	96		
1.1. Servidores em Cargos Efetivos	78		
1.2. Cargos em Comissão	18		
1.2.1. Assessoramento Superior	18		
1.2.2. Função Gratificada			
2. Servidores com Contratos Temporários			
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>96</b>		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO VI -****Quadro 6.1.1.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 Anos	De 31 a 40 Anos	De 41 a 50 Anos	De 51 a 60 Anos	Acima de 60 Anos
<b>1 - Provimento de cargo efetivo</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
Servidores efetivos	30	28	13	6	1
Servidores com contratos temporários					
<b>2 -Provimento de cargo em comissão</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
Assessoramento superior	3	4	7	3	1
Funções gratificadas					
<b>Totais (1+2)</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>2</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO VII -**

**Quadro 6.1.1.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12**

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>				2	43	41	10			
1.1. Servidores efetivos				2	43	41	10			
1.2. Servidores com contratos temporários										
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>										
2.1. Assessoramento superior										
2.2. Funções gratificadas										
<b>3. Totais (1+2)</b>				2	43	41	10			
<p><b>Legenda</b></p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b></p> <p>1 - Analfabeto</p> <p>2 - Alfabetizado sem cursos regulares</p> <p>3 - Primeiro grau incompleto</p> <p>4 - Primeiro grau</p> <p>5 - Segundo grau técnico</p> <p>6 - Superior</p> <p>7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-graduação</p> <p>8 - Mestrado</p> <p>9 - Doutorado / Pós-doutorado / PhD / Livre docência</p> <p>10 - Não classificada</p>										

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO VIII -**

**Quadro 8.4.1 - Balanço Orçamentário**

Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
<b>RECEITAS CORRENTES PREVISTAS</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>3.549.290,33</b>	
CONTRIBUIÇÕES	11.675.292,00	11.675.292,00	8.893.700,78	2.781.591,22	
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.491.615,00	1.491.615,00	1.183.756,45	307.858,55	
FINANCEIRAS	102.000,00	102.000,00	108.624,42	-6.624,42	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.184.500,00	2.184.500,00	1.397.422,42	787.077,58	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	320.612,60	-320.612,60	
<b>RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS:</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>3.549.290,33</b>	
DÉFICIT			3.090.110,25		
TOTAL GERAL:			14.994.226,92		
Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.653.407,00</b>	<b>14.478.817,16</b>	<b>14.137.285,42</b>	<b>13.572.188,12</b>	<b>341.531,74</b>
PESSOAL E ENCARGOS	8.269.114,00	8.146.576,84	7.917.844,83	7.915.927,10	228.732,01
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	186.404,00	136.567,00	132.136,99	132.136,99	4.430,01
USO DE BENS E SERVIÇOS	3.107.208,00	4.256.147,63	4.147.777,91	3.585.941,15	108.369,72
DELEGACIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.090.681,00	1.939.525,69	1.939.525,69	1.939.525,69	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL</b>	<b>800.000,00</b>	<b>974.589,84</b>	<b>856.941,50</b>	<b>756.941,50</b>	<b>117.648,34</b>
INVESTIMENTOS	0,00	854.273,50	847.641,50	747.641,50	6.632,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	800.000,00	22.800,00	9.300,00	9.300,00	13.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	0,00	97.516,34	0,00	0,00	97.516,34
<b>TOTAL DAS DESPESAS:</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>15.453.407,00</b>	<b>14.994.226,92</b>	<b>14.329.129,62</b>	<b>459.180,08</b>
TOTAL GERAL:			14.994.226,92		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

## ANEXO IX -

### Quadro 8.4.3 - Balanço Patrimonial

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
<b>ATIVO</b>	<b>31.564.111,61</b>	<b>30.703.061,01</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>30.366.897,28</b>	<b>30.703.061,01</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.827.202,88</b>	<b>5.988.620,31</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.890.200,47</b>	<b>7.739.695,49</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	183.455,39	3.157.482,33	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	545.194,54	546.096,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	183.455,39	3.157.482,33	PESSOAL A PAGAR	3.572,15	1.454,98
CAIXA	0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	3.572,15	1.454,98
FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	541.622,39	544.641,36
BANCOS CONTA MOVIMENTO	52.955,60	3.138,62	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	541.622,39	544.641,36
BANCOS CONTA ARRECADÇÃO	896,38	0,00	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.532.281,95	2.404.092,25
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	129.893,41	3.232.847,48	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.532.281,95	2.404.092,25
ADIANTAMENTOS	-290,00	-78.503,77	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	73.886,17	83.309,27
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	4.303.758,22	1.750.953,97	DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	466.717,13	364.602,13
CRÉDITOS A RECEBER	4.303.758,22	1.750.953,97	FORNECEDORES	1.571.191,76	1.396.711,57
CRÉDITOS DO EXERCÍCIO	4.303.758,22	1.750.953,97	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	420.486,89	559.469,28

CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	576.814,49	553.597,41
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	1.108.790,41	895.091,06	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	111.361,27	10.080,04	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS A PESSOAL	111.361,27	10.080,04	VALORES EM TRÂNSITO	576.814,49	553.597,41
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	0,00	0,00	VALORES EM TRÂNSITO	576.814,49	553.597,41
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	100.099,71	39.421,25	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	100.099,71	39.421,25	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	399.255,05	166.796,11	PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	399.255,05	166.796,11	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	4.235.909,49	4.235.909,49
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	211.828,39	392.819,67	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	4.235.909,49	4.235.909,49
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	211.828,39	392.819,67	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	4.235.909,49	4.235.909,49
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	285.973,99	285.973,99	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	285.973,99	285.973,99	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
SUPRI	272,00	0,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
SUPRIMENTO	272,00	0,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	231.198,86	185.092,95	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	231.198,86	185.092,95	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	231.198,86	185.092,95	RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>25.736.908,73</b>	<b>24.714.440,70</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>61.828,13</b>	<b>548.496,84</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.198.562,63	14.977.524,66	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	61.828,13	548.496,84
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	15.189.265,57	14.968.227,60	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	61.828,13	548.496,84
PARCELAMENTO DE DÉBITOS	0,00	0,00	DÍVIDA INTERNA	61.828,13	548.496,84

CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES NÃO EXECUTADOS	3.647.774,05	3.426.736,08	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA EXECUTADA	11.541.491,52	11.541.491,52	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
DEPÓSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	9.297,06	9.297,06	PROVISÕES	0,00	0,00
DEPÓSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	9.297,06	9.297,06			
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	10.538.346,10	9.736.916,04			
IMOBILIZADO	10.538.346,10	9.736.916,04			
BENS MÓVEIS	2.644.037,27	1.896.395,77			
BENS IMÓVEIS	8.333.492,69	7.840.520,27			
DEPRECIÇÃO ACUMULADA (-)	-439.183,86	0,00			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.414.868,68	22.414.868,68
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.414.868,68	22.414.868,68
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.414.868,68	22.414.868,68
			PATRIMÔNIO SOCIAL	22.414.868,68	22.414.868,68
			RESULTADOS ACUMULADOS	22.414.868,68	22.414.868,68
			DO EXERCÍCIO	0,00	1.194.169,90
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.408.971,72	21.214.801,82
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.896,96	5.896,96

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

## ANEXO X -

### Quadro 8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	15.159.194,69	17.485.810,12	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	13.961.980,36	16.291.640,22

CONTRIBUIÇÕES	11.667.891,88	13.543.247,42	PESSOAL E ENCARGOS	8.047.739,34	6.708.054,47
CONTRIBUIÇÕES	11.667.891,88	13.543.247,42	PESSOAL E ENCARGOS	8.047.739,34	6.708.054,47
CONTRIBUIÇÕES	11.667.891,88	13.543.247,42	PESSOAL E ENCARGOS	8.047.739,34	6.708.054,47
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.578.163,48	2.803.111,55	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.578.163,48	2.803.111,55	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.578.163,48	2.803.111,55	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
FINANCEIRAS	108.624,42	25.664,41	USO DE BENS E SERVIÇOS	5.475.634,25	8.939.974,53
FINANCEIRAS	108.624,42	25.664,41	USO DE BENS E SERVIÇOS	5.475.634,25	8.939.974,53
FINANCEIRAS	108.624,42	25.664,41	USO DE BENS E SERVIÇOS	5.475.634,25	8.939.974,53
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	0,00	643.611,22
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	0,00	643.611,22
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	0,00	643.611,22
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	483.672,42	0,00	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	483.672,42	0,00	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	483.672,42	0,00	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	320.842,49	1.113.786,74	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	439.183,86	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-577,09	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	320.842,49	1.113.786,74	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	439.183,86	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-577,09	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	320.842,49	1.113.786,74	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	439.183,86	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-577,09	0,00
			<b>SUPERAVIT</b>	<b>1.197.214,33</b>	<b>1.194.169,90</b>
			<b>TOTAL:</b>	<b>15.159.194,69</b>	<b>17.485.810,12</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO XI -**

**Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro**

<b>Ingressos Títulos</b>	<b>Valor</b>	<b>Dispêndios Títulos</b>	<b>Valor</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTARIA</b>	<b>14.329.129,62</b>
<b>RECEITAS CORRENTES REALIZADA</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS</b>	<b>13.572.188,12</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS</b>	<b>756.941,50</b>
<b>RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>19.249.871,85</b>	<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>19.979.877,12</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.931.887,70	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	2.033.168,93
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	0,00	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	60.678,46
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	0,00	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	232.458,94
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	30.000,00	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	30.000,00
PESSOAL A PAGAR	4.774.905,00	PESSOAL A PAGAR	4.772.787,83
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.672.867,57	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.675.886,54
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	9.722.081,07	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	9.593.891,37
VALORES EM TRÂNSITO	517.245,83	VALORES EM TRÂNSITO	494.028,75
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	600.304,68	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	1.086.973,39
AJUSTES FINANCEIROS	580,00	AJUSTES FINANCEIROS	2,91
<b>DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>3.157.482,33</b>	<b>DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>183.455,39</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34.311.470,85</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34.492.462,13</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos



ANEXO XII -

Quadro 8.4.5 - Fluxo de Caixa

Descrição	2016	2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades das Operações</b>	<b>-2.398.076,72</b>	<b>2.537.611,87</b>
<b>Ingressos</b>	<b>31.153.988,52</b>	<b>40.411.293,38</b>
<b>Receitas</b>	<b>11.904.116,67</b>	<b>15.575.872,13</b>
Receitas de Contribuições	8.893.700,78	12.038.691,66
Exploração de Bens e Serviços	1.183.756,45	1.472.373,17
Financeiras	108.624,42	25.657,13
Outras Receitas Correntes	1.718.035,02	2.039.150,17
Transferências Correntes	0,00	0,00
<b>Recebimentos Extra-Orçamentários</b>	<b>19.249.871,85</b>	<b>24.835.421,25</b>
<b>Desembolsos</b>	<b>33.552.065,24</b>	<b>37.873.681,51</b>
<b>Despesas</b>	<b>13.572.188,12</b>	<b>16.350.195,51</b>
Pessoal e Encargos	7.915.927,10	6.592.174,15
Benefícios Assistenciais	132.136,99	116.010,32
Uso de Bens e Serviços	3.585.941,15	5.976.336,06
Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.939.525,69	3.665.674,98
Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	-1.342,81	0,00
<b>Pagamentos Extra-Orçamentários</b>	<b>19.979.877,12</b>	<b>21.523.486,00</b>
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações</b>	<b>-2.398.076,72</b>	<b>2.537.611,87</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>-756.941,50</b>	<b>-15.426,94</b>
<b>Ingressos</b>	<b>0,00</b>	<b>20.258,86</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	20.258,86
Alienações de Títulos e Ações	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	<b>756.941,50</b>	<b>35.685,80</b>

Aquisição de Ativo Não Circulante	747.641,50	35.685,80
Amortização/Refinanciamento da Dívida	9.300,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
<b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>-756.941,50</b>	<b>-15.426,94</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>-3.155.018,22</b>	<b>2.522.184,93</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Inicial</b>	<b>3.157.482,33</b>	<b>632.841,44</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>	<b>183.455,39</b>	<b>3.157.482,33</b>

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos